



REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer o encaminhamento de indicação à Procuradoria-Geral da República, para apuração de eventuais ilegalidades, improbidades administrativas e atos de gestão temerária relacionados à grave crise financeira dos Correios, diante do prejuízo de R\$ 4,4 bilhões registrado no primeiro semestre de 2025.

Senhor **Presidente**,

Nos termos do art. 113, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a V. Ex^a o encaminhamento de indicação à Procuradoria-Geral da República para a apuração de eventuais ilegalidades e atos atentatórios sobre a gestão financeira e orçamentária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), diante do prejuízo de R\$ 4,4 bilhões registrado no primeiro semestre de 2025.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO





INDICAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. Evair Vieira de Melo)

Sugere à Procuradoria-Geral da República a apuração de eventuais ilegalidades, improbidades administrativas e atos de gestão temerária relacionados à grave crise financeira dos Correios, diante do prejuízo de R\$ 4,4 bilhões registrado no primeiro semestre de 2025.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República,

Conforme amplamente noticiado pela imprensa¹, a situação dos Correios se tornou insustentável. De empresa lucrativa — com R\$ 1,5 bilhão de lucro em 2020 e R\$ 3,7 bilhões em 2021, durante o governo Bolsonaro — passou a registrar prejuízos sucessivos e crescentes: R\$ 800 milhões em 2022, R\$ 600 milhões em 2023, R\$ 2,6 bilhões em 2024 e R\$ 4,4 bilhões somente no primeiro semestre de 2025, conforme amplamente noticiado e confirmado por balanços da própria estatal.

Os indícios de má gestão, omissão deliberada e descontrole orçamentário são evidentes. Mesmo com a expressiva queda de

¹ <https://www.poder360.com.br/poder-governo/prejuizo-dos-correios-no-1o-semester-de-2025-supera-2024-inteiro/>





receitas — que despencaram 61% em um ano, impactadas por políticas desastrosas como o programa Remessa Conforme e a “*taxa das blusinhas*” — a direção da empresa aumentou os gastos com pessoal em meio bilhão de reais e ignorou alertas internos sobre o risco de colapso financeiro.

Outrossim, os Correios já admitem que não terão caixa para pagar salários e despesas básicas até o final de 2025, e o governo cogita repassar até R\$ 20 bilhões do Tesouro Nacional para salvar a empresa — medida que transformaria a estatal em empresa dependente, com severo impacto no Orçamento e no erário federal.

A gestão atual, que deveria zelar pela sustentabilidade da empresa e pela racionalidade dos gastos, optou por operar com total irresponsabilidade fiscal, atrasando pagamentos a fornecedores, acumulando dívida de R\$ 600 milhões, e contraindo empréstimos de R\$ 1,8 bilhão sem garantias de solvência futura.

Com efeito, o colapso financeiro dos Correios, com prejuízo de R\$ 4,4 bilhões apenas no primeiro semestre de 2025, é retrato preocupante da má gestão e do abandono estratégico de estatal fundamental para a integração nacional. A empresa, que durante os governos anteriores conseguiu recuperar sua saúde financeira e até registrar lucros, mergulhou em déficits crescentes desde o início da atual gestão. A justificativa da direção — atribuindo a crise à concorrência do setor privado e à falta de investimentos anteriores — é tentativa de mascarar o descontrole interno, o inchaço administrativo e a falta de capacidade para implementar soluções modernas e eficientes. O aumento exponencial das despesas administrativas, financeiras e com precatórios revela mais que um problema contábil: trata-se de modelo de gestão falido, que ignora a responsabilidade fiscal e os princípios da boa administração pública.





É inaceitável que, diante de um cenário de rombo bilionário, a resposta da estatal seja recorrer a empréstimos internacionais, como o pleito junto ao Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, aumentando o endividamento sem qualquer garantia de reestruturação efetiva. A renúncia do presidente da empresa em julho, logo após a divulgação do prejuízo do primeiro trimestre, apenas reforça a sensação de que a condução da estatal foi marcada pela irresponsabilidade e pela politização de cargos estratégicos. A população brasileira, especialmente nas regiões mais afastadas onde os Correios ainda são o único elo com o restante do país, não pode pagar a conta da incompetência. É urgente intervenção dos órgãos de controle para investigar as decisões que levaram a esse desastre financeiro e evitar que o rombo se transforme em mais uma conta a ser paga com dinheiro público.

Diante de tais fatos, que configuram possível gestão temerária, violação aos princípios da eficiência e moralidade administrativa (art. 37 da CF), e possível responsabilidade por dano ao erário, é indispensável que a Procuradoria-Geral da República atue para:

- *Apurar os atos praticados pelos gestores da ECT e do Ministério das Comunicações;*
- *Avaliar eventual enquadramento por improbidade administrativa - Lei nº 14.230/2021;*
- *Analisar a responsabilidade civil e penal por possível gestão fraudulenta ou temerária de empresa pública - Lei nº 13.303/2016;*
- *Verificar a ocorrência de omissão dolosa ou conivência com prejuízos bilionários ao patrimônio público.*

Neste esboço, compete à Procuradoria-Geral da República a investigar, agir e, se necessário, responsabilizar os envolvidos por





CÂMARA DOS DEPUTADOS

transformar estatal estratégica em novo foco de escândalo financeiro,
em prejuízo direto ao povo brasileiro.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

Apresentação: 11/09/2025 11:55:54.633 - CFFC

REQ n.372/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255895012400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

